



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 23ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE – SEÇÃO B

Processo: 00336616920198172001

MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DAMIAO FABIO DE MORAIS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico ocorrido no dia **31.01.2018**, resultando em invalidez permanente.

Ocorre que o autor ingressou com pedido administrativo, momento em que foi realizada análise medica documental por profissional medico capacitado e durante o procedimento foi atestada a seguinte lesão, vejamos.

PARECER DE PERÍCIA MÉDICA**DADOS DO SINISTRO**

Número: 3180189649 **Cidade:** Gravatá **Natureza:** Invalidez Permanente
Vítima: DAMIAO FABIO DE MORAIS **Data do acidente:** 31/01/2018 **Seguradora:** MBM SEGURADORA S/A

PARECER

Diagnóstico: FRATURA DE PLANALTO TIBIAL DIREITO

Descrição do exame médico pericial: DEFICIT FUNCIONAL MODERADO EM JOELHO DIREITO

Resultados terapêuticos: VITIMA SUBMETIDA A TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DE PLANALTO TIBIAL DIREITO COM OSTEOSINTESE COM PLACA E PARUFUSOS APRESENTANDO CONSOLIDAÇÃO. REALIZOU FISIOTERAPIA. NÃO HOUVE COMPLICAÇÕES

DIMINUIÇÃO MODERADA NA AMPLITUDE DE FLEXO-EXTENSÃO JOELHO DIREITO

Sequelas permanentes: APRESENTA LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DO JOELHO DIREITO.

Sequelas: Com sequela

Data da perícia: 16/05/2018

Conduta mantida:

Observações: REVISOR MANTEVE ENQUADRAMENTO E VALORAÇÃO DO MÉDICO EXAMINADOR

Médico examinador: THIAGO PEDRO DE ARAUJO ALVES

CRM do médico: 18568

UF do CRM do médico: PE

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um joelho	25 %	Em grau médio - 50 %	12,5%	R\$ 1.687,50
Total			12,5 %	R\$ 1.687,50

PRESTADOR

CNIS - Cadastro Nacional Informações e Serviços

Médico revisor: MARIA DE FATIMA FURTADO MELO

CRM do médico: 52.49515-5

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:



DOCUMENTO MÉDICO ACOSTADO PELO AUTOR.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE HOSPITAL DR PAULO DA VEIGA PESSOA FICHA DE PRONTO ATENDIMENTO		SUS 12 39
IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE		DATA: 31/01/2018
Nº DO REGISTRO DO HOSPITAL: 263971		HORA DA CHEGADA AO HOSPITAL: 01:40
PACIENTE: DAMIAO FABIO DE MORAIS		CNS: 706801276695329
GENITORA: EDILEUZA FERREIRA DA SILVA		TELEFONE: (81) 99377-1387
DATA DE NASCIMENTO: 29/12/1983	IDADE: 34	SEXO: Masculino
ENDEREÇO: MARIA MAZARELO		COR: Sem informação
BAIRRO: MARIA AUXILIADORA	CIDADE: GRAVATA	Nº: 11
PONTO DE REFERENCIA:	UF: PE	CEP: 55640-000
ACOMPANHANTE: ESPOSA ANDREA		
HDA		
Paciente Acostado vítima de acidente de moto, em uso de capacete, não perdeu a consciência ou vomitou. Perda de em torção (D).		
EXAME FÍSICO		
De 1. (redução) torção (D).		

Outrossim, cumpre esclarecer que a Ré utilizou as regras da tabela inserida na Lei 11.945/09 e Sumula do 474 do STJ ao efetuar o pagamento administrativo no importe de R\$ 1.687,50 (mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), não sendo crível que a lesão tenha se agravado nesse período entre o pedido administrativo e o laudo pericial judicial.

Não há qualquer documento que justifique o percentual atestado pelo expert, ressaltando que a Ré se utilizou da Lei 6.194/74 e 11945/2009 para efetuar o parecer e o pagamento administrativo, baseado na boa fé.

Diante do exposto, a Ré impugna expressamente o laudo pericial judicial, requerendo a improcedência da presente demanda com fundamento no artigo 487 inciso I do Código de Processo Civil ante a comprovada quitação administrativa.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome da patrona **DRA. RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO, OAB-PE 25393**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RECIFE, 14 de novembro de 2019.

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE